



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 585/11

Súmula: Reenquadra os cargos efetivos de Oficial de Promotoria no Grupo Ocupacional Básico do Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

Art. 1º Os cargos efetivos de Oficial de Promotoria, do Grupo Ocupacional Básico I, criado pela Lei Estadual nº 14.154, de 08 de outubro de 2003, passam a integrar o Grupo Ocupacional Básico criado pela Lei Estadual nº 11.455, de 10 de julho de 1996.

Art. 2º O valor do vencimento básico do cargo de Oficial de Promotoria passa a ser o correspondente ao da atual Tabela I - Grupo Ocupacional Básico - do Anexo I, referente às Tabelas de Vencimentos do Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.

§ 1º No reenquadramento a que se refere o *caput* será observado o nível, na data da publicação desta Lei, em que o servidor se encontrava na tabela extinta.

§ 2º A progressão na carreira dos servidores reenquadrados por esta Lei respeitará os mesmos critérios definidos no artigo 5º da Lei Estadual nº 11.455 de 10 de julho de 1996 e regulamentações complementares, com os interstícios naquele definidos, que terão como termo inicial a data da publicação desta Lei.


Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta de dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01 de maio de 2011.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 2011.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR

juny

froni



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Resolução nº 025/11

Ementa: Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de agosto de 2011. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de agosto de 2011.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 2011.


ALEXANDRE CURTI
PRESIDENTE


RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Prof: Lemos



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 23 MAR. 2011

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 221/11

SÚMULA: Institui feriado estadual no dia 20 de novembro, em homenagem ao aniversário da morte de Zumbi dos Palmares e ao Dia Nacional e Estadual da Consciência Negra.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do Art. 71 da Constituição do Estado do Paraná, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído, feriado civil no Estado do Paraná, no dia 20 (vinte) de novembro, em homenagem ao aniversário da morte de Zumbi dos Palmares e ao dia Nacional e Estadual da Consciência Negra.

Art. 2º - O Poder Público fica autorizado a executar ações comemorativas alusivas a tal celebração.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sessão do Plenário, 23 de março de 2011.

PROF: LEMOS
Deputado Estadual





JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei ao instituir a data anual de 20 de novembro - data do falecimento de Zumbi dos Palmares e Dia Nacional da Consciência Negra - como feriado estadual tem o intuito de oferecer instrumento político para estimular a identificação e o reconhecimento do preconceito racial que permeia a sociedade brasileira, bem como de propiciar rica oportunidade de reflexão sobre tal preconceito no Estado do Paraná, com o objetivo maior de superá-lo e promover a igualdade racial.

O Dia da Consciência Negra já é instituído no Estado do Paraná através da Lei nº 15674, de 13/11/07 e também como feriado em diversas Cidades e Estados do Brasil, incluindo essa data em seus calendários oficiais.

A sociedade vive um momento em que o tema da discriminação racial ocupa lugar de destaque e insere-se no amplo debate em torno dos direitos humanos. Em consonância com tal momento, ampliam-se as ações governamentais voltadas para a promoção da igualdade racial e para a inclusão social dos brasileiros afrodescendentes. Nesse sentido, foi sancionada, nos primeiros dias do Governo do Presidente Lula, a Lei nº 10639, de 09/01/03, que Altera a Lei nº 9394, de 20/12/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e dá outras providências. O referido instrumento legal acrescenta, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o artigo 79-B, que inclui, no calendário escolar, o dia 20/11 como Dia Nacional da Consciência Negra.

Esta proposição amplia o alcance da Lei Federal nº 10639/03 e da Lei Estadual nº 15674 e constitui importante passo na luta dos negros em favor do reconhecimento de sua cultura, sua cidadania e da igualdade de direitos.

Zumbi, tal como Tiradentes - herói brasileiro homenageado com o feriado nacional de 21/04 - teve a cabeça decepada e exposta à exibição pública. Eternizou-se na consciência de todos os brasileiros como símbolo da luta pela liberdade, pelo respeito aos direitos humanos e pela igualdade racial. Sua importância já foi reconhecida por ocasião da inscrição de seu nome no Livro dos Heróis da Pátria, ao lado do próprio Tiradentes. Cabe-nos, então, reafirmar tal importância, instituindo o feriado de 20/11 como homenagem a esse valoroso herói negro, bem como torná-lo referência positiva de um herói negro para o povo brasileiro.

O quilombo dos Palmares, localizado na atual Cidade de União dos Palmares, na Serra da Barriga, Alagoas, era uma comunidade formada por negros que haviam conseguido escapar das fazendas em que eram escravizados, cuja população alcançou cerca de 30 mil pessoas. Zumbi nasceu livre em Palmares, no ano de 1655, mas foi capturado e entregue a um missionário português quando tinha aproximadamente nove anos. Batizado Francisco, Zumbi recebeu os sacramentos, aprendeu português e latim, e ajudava diariamente na celebração da missa. Apesar das tentativas de torná-lo civilizado, Zumbi escapou em 1670 e, com 15 anos, retornou a Palmares. Zumbi se tornou conhecido pela sua destreza e astúcia na luta e já era um estrategista militar respeitável quando chegou aos vinte e poucos anos. Logo ele se tornou líder do quilombo de



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Prof. Lemos

D. L.

Fls. 93

Palmares, continuando a resistência contra a opressão portuguesa. No entanto, 15 anos após ter assumido a liderança, foram organizadas, pelos colonizadores portugueses, sucessivas invasões ao quilombo. Em uma delas, Zumbi se feriu, mas conseguiu fugir. Após quase dois anos de batalhas, aos 40 anos de idade, Zumbi é surpreendido em seu reduto. Apunhalado, resiste, mas é morto e degolado, em 20 de novembro de 1695.

Mostra-se plenamente justificada mais essa homenagem a Zumbi dos Palmares e a todos militares dos movimentos em defesa da história brasileira, para que o povo do Estado do Paraná comemore o Dia Nacional e Estadual da Consciência Negra e que as autoridades do Estado decretem, pelo presente projeto de lei, feriado nessa data simbólica.

Entendemos ser iniciativa de grande importância a instituição oficial de uma data, como o fez a Lei nº 15674, que se constitua referência à herança histórica de tradição e resistência dos milhões de negros e negras brasileiros que, ainda hoje e de muitas formas, se veem apartados da vida social. A instituição de feriado neste dia reafirma o propósito emanado pela lei de 2007 e instiga a reflexão e discussão do tema junto a toda população paranaense.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 221/11

Projeto de Lei nº 221/11

Autor: Deputado Estadual Professor Lemos

PREFÁCIO

O presente projeto de Lei tem por finalidade instituir o feriado estadual no dia 20 de novembro, em homenagem ao aniversário da morte de Zumbi dos Palmares e ao Dia Nacional e Estadual da Consciência Negra, com intuito de oferecer instrumento político para estimular a identificação e o reconhecimento do preconceito racial que permeia a sociedade brasileira.

EMBASAMENTO JURÍDICO

O dia da consciência negra já é instituído no Paraná através da Lei nº 15.674, de 13 de novembro de 2007 sendo considerado feriado em diversas Cidades e Estados do Brasil, incluindo essa data em seus calendários oficiais.

Cidades do nosso estado já possuem esta data como feriado, a fim de proporcionar a reflexão e discussão do tema junto à população paranaense.

Cabe ainda salientar que a Lei Federal nº 12.288 de 20 de julho de 2010, institui o Estatuto da Igualdade Racial.

Art. 2º é dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresarias, educacionais,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury




culturais e esportivas, defendendo sua
dignidade e seus valores religiosos e culturais.

Diante do exposto, resta claro que o presente
projeto de lei é revestido de legalidade.




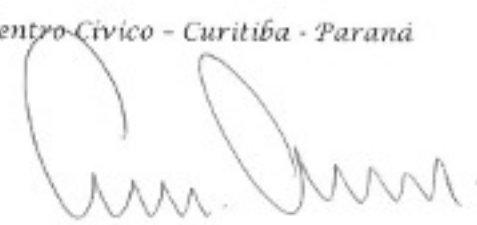
CONCLUSÃO

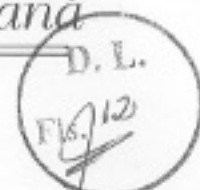
Diante do exposto, entende-se pela
aprovação do presente projeto de Lei, em virtude de sua ilegalidade.

Sala das Comissões, em 05 de setembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR




Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná




PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 221/11

I – SÍNTESE FÁTICA

O ilustre Deputado Professor Lemos, do Partido dos Trabalhadores, apresentou o presente Projeto de Lei, visando a instituição de feriado civil no dia 20 de novembro, em homenagem à morte de Zumbi dos Palmares e ao dia Nacional e Estadual da Consciência Negra. Da mesma forma, o pretense Diploma Legal autoriza o Poder Público Estadual a realizar ações comemorativas referentes a essa data.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Evandro Júnior, o Projeto foi aprovado, ante a ausência de vício constitucional de ordem formal e/ou material, embora tenha havido parecer contrário, também da Comissão de Constituição e Justiça.

Desse modo, caberá a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito deste Projeto, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

II – MÉRITO

De acordo com o que está disposto no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, mais especificamente no art. 33-R do, é



da competência da Comissão de Cultura a análise dos Projetos que versem sobre desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico.

Ora, por óbvio, então, que esta proposição precisa passar por esta Comissão, uma vez que Zumbi dos Palmares é uma das personalidades mais destacadas da cultura brasileira, devendo-se incluir, por consequência, a cultura paranaense, já que, apesar de sua dimensão continental, o Brasil é um só país.

No que diz respeito, especificamente, ao mérito do presente Projeto de Lei, também merece acolhida, lembrando que a análise a respeito da legalidade e constitucionalidade já ocorreu na Comissão de Constituição e Justiça. Desse modo, qualquer que seja o desacordo com a Lei Federal nº 9.093/95, resta superado com a criteriosa análise da CCJ.

Assim, no que tange ao mérito do Projeto, sua finalidade é de absoluta importância, pois resgata a importância histórica de um personagem que tem inegável importância para a História do Brasil, mormente aquela estudada nas escolas brasileiras.

Assim, tal data poderá ser aproveitada para a realização de eventos que incentivem à população a conhecer este pedaço da História brasileira. Além disso, atividades culturais poderão ser realizadas para o incentivo à valorização dos negros, como forma de incutir a tolerância entre os brasileiros. Isso seria primordial para contribuir com o fim do preconceito e da discriminação, infelizmente, ainda presentes em nosso país, mesmo que de forma diminuta.

Por tudo isso, merece aplausos e a aprovação desta Comissão de Cultura o presente Projeto legislativo.



III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

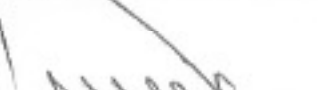
Curitiba, 19 de setembro de 2011.

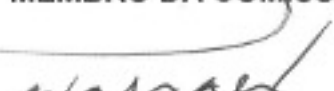

DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
PRESIDENTE


DEPUTADO RASCA RODRIGUES
RELATOR


DEPUTADA MARLA TURECK
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO BERNARDO CARLI
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO CAIO QUINTANA
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO TERUO KATO
MEMBRO DA COMISSÃO

•
DEPUTADO NELSON JUSTUS
MEMBRO DA COMISSÃO



Assembleia Legislativa do Paraná
GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" MI 3:18

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

PARECER AO PROJETO DE LEI nº 221/2011

Súmula: Institui feriado estadual no dia 20 de novembro, em homenagem ao aniversário da morte de Zumbi dos Palmares e ao Dia Nacional e Estadual da Consciência Negra.

Ressalta-se que o Dia da Consciência Negra já foi inserido em nosso ordenamento jurídico através da Lei Estadual nº 15.674, de 13 de novembro de 2007.

Dessa forma, a proposta em tela visa tão somente instituir a data anual de 20 de novembro como feriado no âmbito do Estado do Paraná, em homenagem ao aniversário da morte de Zumbi dos Palmares e ao Dia Nacional e Estadual da Consciência Negra.

Ressalta-se que o nobre Deputado Prof. Lemos objetiva, com o presente Projeto de Lei, homenagear e, consequentemente, lembrar toda a sociedade do sofrimento dos negros ao longo da história, desde a época da colonização Brasil, tentando garantir seus direitos sociais.

Hoje temos várias leis que defendem esses direitos, como a de cotas nas universidades, pois acredita-se que, em razão dos negros terem sido marginalizados após o período de escravidão, não conseguiram conquistar os mesmos espaços de trabalho que o homem branco.



Assembleia Legislativa do Paraná
GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" MI 3:18


Na época da escravidão os negros não tinham direito ao estudo ou a aprender outros tipos de trabalho que não fossem os braçais, ficando presos a esse tipo de tarefa.

Muitos deles, estando libertos, continuaram na mesma vida por não terem condições de se sustentar.

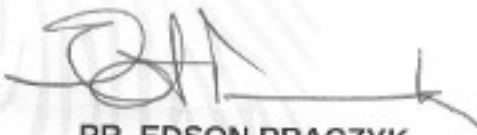
O dia da consciência negra é marcado pela luta contra o preconceito racial, contra a inferioridade da classe perante a sociedade. Além desses assuntos, enfatizam sobre o respeito enquanto pessoas humanas, além de discutir e trabalhar para conscientizar as pessoas da importância da raça negra e de sua cultura na formação do povo brasileiro e da cultura do nosso país.

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Curitiba, 11 de outubro de 2011.



TADEU VENERI
PRESIDENTE

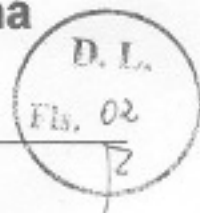


PR. EDSON PRACZYK
RELATOR

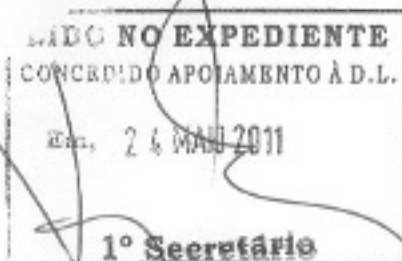


Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL PARANHOS



PROJETO DE LEI N.º 437/11



SÚMULA: Institui o “Dia Estadual da Adoção” a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de maio.

Art. 1º Fica instituído, no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o “Dia Estadual da Adoção”, a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de maio.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de maio de 2011.



Deputado PARANHOS



JUSTIFICATIVA

No dia 25 de maio é comemorado o dia da adoção, criado em 1996 no I Encontro Nacional de Associações e Grupos de Apoio à Adoção.

A adoção é uma realidade social que se concretiza através de ato jurídico, que "cria entre duas pessoas vínculo de parentesco semelhante à paternidade e filiação".

Muitas pessoas que não puderam ter filhos encontram filhos que não possuem pais, que foram abandonados e recolhidos por orfanatos e outras instituições. Mas existem outros casos, como de pessoas que querem ajudar cumprir seu papel social diante de uma sociedade injusta, que não oferece as mesmas oportunidades de vida para todos.

O processo de adoção não é fácil. As pessoas interessadas nas crianças ou adolescentes devem apresentar uma documentação sobre suas condições de vida, para garantir que a pessoa adotada terá conforto e segurança, que irá ser bem tratada e receberá dos pais adotivos amor, carinho e atenção.

Porém, existem vários mitos sobre a adoção, que muitas vezes prejudicam que pessoas se interessem em criar e educar uma criança ou jovem que não tenha laços consanguíneos. Dizer que toda criança adotada é problema é um erro. A criança aprende aquilo que vivencia e quanto mais nova for adotada, mais terá chances de se adaptar ao modelo familiar em que vive.

Tentar esconder da criança que a mesma é adotada também é um erro, pois é melhor manter uma relação aberta e livre de qualquer tipo de preconceito. Crianças com cor de pele diferente da família não são discriminadas ou recebem tratamento diferente de outras pessoas da família. Isso pode ocorrer nos meios sociais em que a família frequenta.

Filhos adotivos não têm dificuldade em amar seus pais (adotivos), pelo contrário, revelam-se atenciosos e carinhosos com os mesmos, mas isso depende da forma como são tratados.

Os filhos adotivos não ficam lembrando-se de sua família de origem. Pelo contrário do que se imagina, se as relações familiares não eram boas, se houve abandono, o vínculo afetivo não foi construído de forma positiva, portanto não provoca boas lembranças.

Com a Constituição de 1988, ficou determinado que "os filhos adotivos terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designação de discriminação relativa à filiação", ou seja, filhos adotivos e consanguíneos terão os mesmos direitos.

Para inserir a criança ou adolescente em família substituta é necessário passar por algumas etapas: a guarda, onde se coloca o sujeito a ser adotado na família, onde os pais devem ter a responsabilidade de prestar assistência material, moral e educacional; a tutela, feita através das entidades públicas, a fim de proteger a criança ou jovem, cuidando de seus interesses, acompanhando todos os atos da família com o mesmo e vice-versa; a adoção, formalizada em ato jurídico, onde forma-se um vínculo fictício de filiação, que mais tarde deverá tornar-se verdadeiro.

Assim, podemos dizer que a adoção é um ato de entrega e de amor!.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 437/11

Projeto de Lei nº 437/11
Autor: Deputado Paranhos

Súmula: Institui O "Dia Estadual da Adoção" a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de maio.

EMENTA: INSTITUIÇÃO DE DATA COMEMORATIVA. POSSIBILIDADE. ARTS. 24, XV E 227, § 6º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ART. 65 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 33-A, I DO REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Paranhos, objetiva instituir no Calendário Oficial do Paraná o "Dia Estadual da Adoção", a ser comemorado no dia 25 de maio.

Em sua justificativa, o autor esclarece que o dia da adoção foi criado em 1996, no I Encontro Nacional de Associações e Grupos de Apoio à Adoção, e faz um breve relatório sobre a adoção.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Regimento Interno da Assembléia Legislativa desta Casa de Leis, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua
constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação
regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei
Complementar Federal n. 95, de 26 de fevereiro de 1998 e
alterações posteriores.

Quanto à competência legislativa, primeiramente, consigne-se que a instituição de dia estadual da adoção tem por objetivo estimular a própria adoção, que, por sua vez, visa atender à criança e ao adolescente que não está no seio familiar, desamparado de proteção.

Assim, trata-se de competência concorrente entre União, Estados e Distrito Federal legislar sobre o tema, conforme dispõe no seu artigo 24, XV:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
XV - proteção à infância e à juventude;

Ademais, pondera-se que a Constituição Federal equiparou os direitos dos filhos, sejam adotivos ou não, advindos de casamento ou não:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

§ 6º - Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

Com relação à competência neste âmbito, dispõe a Constituição Estadual que cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa a iniciativa de Lei Ordinária:

"Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição".

Outrossim, por não se tratar de matéria elencada pelo art. 66 da Constituição Estadual como de competência privativa do Governador do Estado, constata-se, destarte, a adequação do proponente às normas pertinentes.

Por outro lado, consigne-se que a existência da Lei Estadual n. 16.435, de 22 de fevereiro de 2010, que instituiu a semana estadual da adoção de crianças e adolescentes, a ser realizada, anualmente, na semana que antecede o dia 25 de maio – Dia Nacional da Adoção não impede a apresentação do presente projeto, eis que se tratam de matérias diferentes.

Da mesma forma, o fato de a União ter Norma semelhante no seu âmbito (Lei Federal nº 10.447, de 9 de maio de 2002) não gera óbice ao presente projeto, eis que a competência é concorrente e inexistente hierarquia entre leis federais e estaduais. Observa-se ainda que o presente institui o dia no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o que



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

não poderia ser abarcado pela legislação federal, visto se tratarem de diferentes esferas.

Assim, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Assim, configuradas a **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE** deste projeto de lei, opinamos por sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 16 de agosto de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR

RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete do Deputado Elton Welter

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO
ADOLESCENTE E DO IDOSO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 437, DE 2011

Da COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO sobre o Projeto de Lei nº 437, de 2011, que *"Institui o 'Dia Estadual da Adoção' a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de maio."*

RELATOR: DEPUTADO ELTON WELTER

I – RELATÓRIO

O projeto em exame, de autoria do **DEPUTADO PARANHOS**, trata da instituição do Dia Estadual da Adoção a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de maio. O projeto indica que aquela data deverá ser incluída no *"Calendário Oficial do Estado do Paraná"*. Na justificativa, o autor esclarece que a data foi aprovada em 1996 no I Encontro Nacional de Associações e Grupos de Apoio à Adoção.

II – ANÁLISE DA MATÉRIA

Submetida à análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a matéria recebeu parecer favorável do Relator, **DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR**, sendo aprovada, sem emendas, e remetida à Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso.

Quanto ao mérito, cumpre destacar que, nos termos do inciso III do art. 33-V do Regimento Interno, acrescidos pela Resolução nº 3, de 27 de abril de 2011 (*Diário Oficial da Assembleia, Edição nº 34, de 28 de abril de 2011*), compete à Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso:

Art. 33-V

.....
•
.....
III - manifestar-se em proposições relativas aos interesses e direitos das crianças e dos idosos incluindo todas as matérias relacionadas às políticas públicas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso.

Constitucionalizado a partir de 1988, por força do disposto no § 6º do art. 227 da Constituição Federal, o instituto da adoção teve sua disciplina consagrada



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete do Deputado Elton Welter

na Lei federal nº 8.096, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O ECA trata do importantíssimo instituto da adoção em diversos dispositivos e, em especial, no Capítulo III (Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária), da Seção III (Da Família Substituta), Subseção IV (Da Adoção). Deste modo, a constitucionalização e a normatização do instituto têm como finalidade precípua atender à doutrina de proteção integral da criança e do adolescente.

A proposição ora em análise visa instituir o Dia Estadual da Adoção a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de maio. Cumpre lembrar, como já o fez a CCJ, que, por força da **Lei estadual nº 16.435**, de 22 de fevereiro de 2010, foi instituída a "*Semana Estadual da Adoção de Crianças e Adolescentes, a ser realizada, anualmente, na semana que antecede o dia 25 de maio - Dia Nacional da Adoção*", nos termos de Projeto de Lei apresentado pelo **DEPUTADO DR. BATISTA**. Por seu turno, o Dia Nacional da Adoção, a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de maio, foi instituído pela **Lei federal nº 10.447**, de 9 de maio de 2002.


III - VOTO


A lei deve inovar, em caráter inicial, o ordenamento jurídico, conforme a lição do mestre Celso Antônio Bandeira de Mello (*Curso de Direito Administrativo*, São Paulo: Malheiros, 2002 p.306). Em que pese, porém, a vigência de lei instituidora, em âmbito nacional, das comemorações alusivas ao Dia da Adoção, e de lei tratando da Semana Estadual da Adoção de Crianças e Adolescentes, não vemos impedimento a que se institua o Dia Estadual da Adoção.

O voto é, assim, pela **APROVAÇÃO** do PL nº 437, de 2011.

Sala das Comissões, em 8 de setembro de 2011.


DEPUTADO ELTON WELTER
RELATOR


DEP. ROSE LITES
PRESIDENTE


DEP. MABELA TURÇOK



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

PARECER AO PROJETO DE LEI No.437/2011

SÚMULA: Institui o "Dia Estadual da Adoção" a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de maio.

AUTOR: Deputado Paranhos

TRAMITAÇÃO: O Projeto de Lei já recebeu pareceres favoráveis da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente e Idoso.


ANÁLISE:

Chamada a Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania a se manifestar e verificando a justificativa do presente projeto de lei, observa-se que está plenamente justificada no seu mérito.

PARECER:

Diante do exposto, somos de PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei em pauta.

Sala de Reunião das Comissões, em 11 de 10 de 2011.


DEP. TADEU VENERI
Presidente


DEP. ROSE "LITRO"
Relatora

